ATA DA 7ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVII PLENÁRIO REALIZADA EM 10/12/2022.

Aos dez dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, com início às 09h realizou-se a 7ª Reunião Plenária Ordinária do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Compareceram à Faculdade Promove, situada à Av. João Pinheiro, 164, Centro, em Belo Horizonte-MG, os **Conselheiras(os)(es) Efetivas(os)(es)**: Anderson Nazareno Matos; Celso Francisco Tondin; João Henrique Borges Bento; Liliane Cristina Martins; Lourdes Aparecida Machado; Marleide Marques de Castro; Paula Ângela de Figueiredo Paula; Suellen Ananda Fraga e Ted Nobre Evangelista; **Conselheiras(os)(es) Suplentes:** Alessandra Kelly Belmonte; Ana Maria Prates da Silva e Silva; Cristiane Santos de Souza Nogueira; Daniel Caldeira de Melo; Danty Dias Marchezane; Gab Almeida Moreira Lamounier; Gabrielly Dolores Rios da Cunha, Henrique Galhano Balieiro; Hudson Bruno Cares Carajá; Isabella Cristina Barral Faria Lima; Lorena Rodrigues de Sousa; Márcio Rocha Damasceno. **Quórum de Conselheiros Efetivos:** Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 10, tendo o Plenário elevado à condição de Conselheiras(os(efetivas(os) Daniel Caldeira de Melo; Danty Dias Marchezane; Henrique Galhano Balieiro; Isabella Cristina Barral Faria Lima; Lorena Rodrigues de Sousa e Márcio Rocha Damasceno **Justificativas de ausência:** As(os) Conselheiras(os) Cláudia Aline Carvalho Espósito, Délcio Fernando Guimarães Pereira; Elza Maria Gonçalves Lobosque; Elizabeth de Lacerda Barbosa; Júnia Maria Campos Lara; Luis Henrique de Souza Cunha; Renata Ferreira Jardim de Miranda e Wellington Eustáquio Ribeiro justificaram ausência. **Assuntos tratados:** COE: A Conselheira Cristiane Nogueira apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) SEI 006/2022-97: Relatório com proposta de instauração de processo ético. O XVII Plenário aprovou por aprovado por 15 votos favoráveis e 5 abstenções a instauração de processo ético. **Deliberação:** Dar ciência às partes. 2) Proposta de evento COE - Jornada de Orientação e Ética: A Conselheira Cristiane Nogueira aprestou proposta do evento Jornada de Orientação e Ética, com duração de de um dia com os seguintes temas: Alienação Parental; Mediação de documentos no contexto judiciário, discussão do CPD e procedimentos COE. Foi pensando os seguintes nomes para serem convidados: Especialista Sônia Liane R. Rovinsk; o Assessor Jurídico Luiz Henrique; Iolete Ribeiro. A Conselheira Lourdes Machado propôs levar a proposta do evento para o Planejamento Estratégico. O Conselheiro Henrique Galhano indagou se a COE preencheu o formulário de realização de eventos para apreciação da Diretoria. Lembrou que foi pedido o preenchimento de um segundo formulário de propostas de eventos de médio e longo prazo para as Comissões se organizarem e realizarem a definição prévia das datas e depois levar para o Planejamento Estratégico. O Conselheiro Anderson Matos perguntou qual seria o fluxo, trazer para a Plenária e depois preencher o formulário ou o contrário. A Conselheira Suellen Fraga concordou com o envio prévio dos eventos para o planejamento de comunicação. A Conselheira Lourdes Machado informou que tem 3 Conselheiros na Comissão de Comunicação. Propôs que antes da Comunicação disparar o e-mail, a Comissão da Comunicação levar à Plenária. Sugeriu a realização de um evento da Saúde Mental e Direitos Humanos como um grande evento em 2023. A Conselheira Marleide Marques informou que na Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social pensou-se em fazer um grande evento no 1º Semestre. Concordou com a Conselheira Lourdes Machado de alinhar no Plenário. A proposta é de realização do 5º Encontro Estadual de Psicologia no SUAS. A Conselheira Alessandra Belmonte ponderou que tem momentos que não é possível levar tudo para a Plenária. Sugeriu utilizar o grupo de whatsapp para otimizar o processo. Colocou que a Comissão de Relações Étnico-Raciais tem uma proposta de realização de um Seminário sobre o tema. O Conselheiro João Henrique ponderou que para a Comunicação fazer 5 grandes eventos é necessário fazer o planejamento para tanto. Propôs levar para Plenária de Janeiro/2023 a definição destes grandes eventos previamente ao Planejamento Estratégico. O Conselheiro Henrique

Galhano informou que o fluxo da comunicação foi enviado pela Diretoria e reforçou o mesmo, primeiramente deve ser enviado o formulário de realização de eventos para a Diretoria que delibera e repassa para a Comunicação possa fazer a divulgação do evento e quando for um evento de grande porte levar ao Plenário para aprovação. A Conselheira Suellen Fraga pontuou que às(aos) Conselheiras(os) recorrerem aos Conselheiros de Referência da Comunicação antes de pensar o evento é importante para não ter concomitância de data ou de tema. A Conselheira Liliane Martins explicou que o e-mail foi enviado pela Diretoria para as(os) novas(os) Conselheiras(os) com o fluxo que já estava estabelecido. A Conselheira Suellen Fraga colocou como proposta de encaminhamento de seguir o fluxo. Nada impede que a COE tenha colocado o evento a título de informe ao Plenário. Solicitou à COE seguir o fluxo de preenchimento do formulário de pedido de realização de eventos. COF: O Conselheiro Anderson Matos apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) Definição da Presidência da COF: O Conselheiro Anderson Matos informou que a Conselheira Cláudia Espósito solicitou licença do Plenário e a partir desta decisão é necessária a recomposição da Presidência da COF. Após fez a leitura da justificativa de disponibilidade do Conselheiro Luis Henrique em assumir a Presidência da COF para apreciação da Plenária. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 20 votos favoráveis a indicação do Conselheiro Luis Henrique para assumir a Presidência da COF do dia 10/12/2022 até 23/09/23 2) Indicação de Conselheira(o) Suplente para o período de licença da Conselheira Cláudia Espósito: A Conselheira Suellen Fraga informou que com a licença da Conselheira Cláudia Espósito será necessário a reposição de um suplente para assumir a condição de efetivo até o mês de fevereiro, conforme formalizado pela Conselheira Cláudia Espósito. A Conselheira Renata Miranda havia manifestado o seu interesse em assumir durante o período da licença. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 20 votos favoráveis a indicação da Conselheira Renata Miranda para assumir a condição de efetiva no período de licença da Conselheira Cláudia Espósito até Fevereiro/2023. 3) I Congresso Brasileiro de Psicodélicos: clínica, ciência e política: O Conselheiro Anderson Matos informou que participou do I Congresso brasileiro de psicodélicos: clínica, ciência e política realizado no dia 04/11/2022 e reforçou que a tema das alterações psíquicas permeia a prática profissional e não é uma militância, pois envolve o exercício profissional. O Conselheiro João Henrique propôs pautar no Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas Aluízio Lopes de Brito. A Conselheira Paula de Paula ressaltou que uma coisa é a cannabis, a outra são os psicodélicos. O tema “psicodélicos” já é objeto de pesquisa nos EUA a mais tempo e tem um interesse da indústria farmacêutica. Nos EUA tem uma relação dos psicodélicos com doentes terminais. CDH: A Conselheira Isabella Faria propôs a participação de representantes das Comissões Temáticas na CDH até mesmo para pensar a articulação das discussões dos temas. Ressaltou que a CDH está bem esvaziada. A Comissão tem uma proposta de transversalidade com as demais Comissões, inclusive no momento de realizar eventos que pudessem ter interface com os Direitos Humanos. A próxima reunião da CDH será no dia 21/12, às 17h. A Conselheira Liliane Martins sugeriu a possibilidade da CDH participar de algumas reuniões das Comissões para tratar de eventos conjuntos e alinhamentos de pautas comuns. A Conselheira Paula de Paula entende que não se deve pensar apenas em uma Comissão, mas nas articulações comuns. Propôs que as(os) Coordenadoras(es) de Comissão devem buscar a vinculação de suas discussões com os Direitos Humanos. A Conselheira Suellen Fraga reforçou o pedido da Conselheira Isabella Faria das Coordenações de Comissões participarem da Reunião da CDH. A Conselheira Gabrielly Rios indagou se já tem um calendário fixo das reuniões da CDH para organizar a sua participação. A Conselheira Lourdes Machado informou que toda quinta-feira véspera da Plenária acontecem as reuniões da Comissão da Saúde Mental e reforçou o convite a participação das(os) Conselheiras(os) para potencializar a Comissão. O Conselheiro Henrique Galhano sugeriu que ocorra o envio à Comunicação das datas fixas tanto da CDH quanto das Comissões Temáticas para deixar atualizado no site e de fácil acesso da agenda de reuniões. A Conselheira Isabella Faria propôs que Reunião da CDH seja híbrida para proporcionar a participação das Subsedes, com o limite de 10 pessoas para as reuniões presenciais. Informou que irá fechar a agenda de reuniões da CDH para 2023 e propôs a realização de uma cartilha

da CDH. A Conselheira Lourdes Machado propôs constar os princípios fundamentais do Código de Ética. A Conselheira Isabella Faria informou que a CDH tem um material produzido pela gestão anterior das interfaces das Comissões com a CDH e pode compor a cartilha. Comissão de Título de Especialista: A Conselheira Suellen Fraga apresentou parecer pela aprovação de 19 títulos de especialista destes 06(seis) em Psicologia do Trânsito; 05(cinco) em Neuropsicologia; 03(três) em Psicologia Clínica; 02(dois) em Avaliação Psicológica; 02(dois) em Psicologia em Saúde; 01(um) em Psicologia Escolar/Educacional. Pelo indeferimento de 04 títulos de especialistas. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por unanimidade a concessão de 19 títulos de especialista e o indeferimento de 04 títulos de especialista. Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais: O Conselheiro Ted Nobre informou sobre o funcionamento e orientação às(aos) Conselheiras(os) sobre os fluxos e demandas recebidas no estado. O trabalho da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais ocorre de três formas a política, que perpassa as pautas da gestão Plenária e Diretoria; a técnica que envolve como conversar com as instituições e entidades e a operacional, quando vai realizar o agendar das reuniões. Na sequência fez a leitura das atribuições do cargo do Assessor. Em seguida listou as principais atividades desempenhadas pelo Assessor Parlamentar e de Relações Institucionais durante o ano de 2022, a saber: 1) Participação das reuniões e atividades do Movimento Conselhos e Ordens Profissionais De Minas Gerais – COP-MG; 2) Participação das reuniões e atividades dos Conselhos de Profissões da Área da Saúde; 3) Articulação da Rede Primeira Infância; 4) Articulação para a implementação da Lei 13.935/2019 em diversos municípios mineiros; 5) Acompanhamento da tramitação e de ações conjuntas com o PSIND-MG para as 30h para a Psicologia; 6) Acompanhamento das atividades comemorativas aos 60 anos da Psicologia em Minas Gerais. O Conselheiro Ted Nobre propôs reorganizar os fluxos para demandas à Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais. Para tanto solicitou registrar por e-mail as demandas das agendas para a Diretoria e para o Conselheiro Referência da Assessoria Ted Nobre. Exemplificou com a implantação da Lei 13.935/2019, em que o Assessor Antônio Coquito trabalhou diretamente com a COPEE e a Diretoria autorizou esta mobilização. Apresentou a proposta de retomada do fluxo. A Conselheira Paula de Paula indagou que a gestão passada entendeu que era necessário a relação com os parlamentares. Entende que são as(os) Conselheiras(os) que devem levantar os parlamentares que precisam estreitar as relações para atender as pautas políticas do CRP-MG. A Conselheira Lourdes Machado informou que a Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais foi muito ligada à Diretoria e teve início com o COP e a PEC 108/2019, para fazer incidência. Depois acompanhou as 30h para a Psicologia, a inserção de psicólogos na rede de educação básica. Além da articulação com as entidades da psicologia e as atividades do 27/08 – Dia da(o) Psicóloga(o). Entende que o papel do Assessor Antônio Coquito é de articulação do CRP-MG com os movimentos sociais, entidades e a sociedade. A Conselheira Lourdes Machado lembrou que em um primeiro momento foi convidada para a Presidência do COP, mas declinou do convite por estar na Presidência do CRP-MG. A proposta dela para a Liderança do COP é de uma Gestão Colegiada de mulheres. O Conselheiro Celso Tondin informou que as ações da COPEE estavam sendo enviadas para a Diretoria. Sugeriu dar visibilidade à pauta das 30h. A questão mais complicada é a ação técnica, pois exige conhecimento de psicologia e tramitação de Lei. O Conselheiro Daniel Melo informou que há 15 dias teve uma Audiência para o Projeto de Lei de Segurança Pública, que ele não envolveu a Assessoria. Outro lugar que ele vislumbrou o trabalho da Assessoria é o Mecanismo Estadual de Combate e Prevenção à Tortura. A Conselheira Suellen Fraga reforçou o lugar da incidência política e a Referência do Conselheiro Ted Nobre para fazer a intermediação com o Assessor. Concordou com a proposta de estabelecer o fluxo e o envio à Diretoria. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 20 votos favoráveis o fluxo do envio das demandas ao Assessor para o e-mail da Diretoria, com cópia para o Conselheiro Ted Nobre. Aprovou ainda, por 20 votos favoráveis manifestar o interesse do CRP-MG em assumir a Coordenação Colegiada do COP. 2ª Remessa da APAF Dezembro/2022: A Conselheira Suellen Fraga informou que

o CFP encaminhou os documentos de subsídio e a pauta da 2ª remessa. Ressaltou os seguintes pontos: GT para revisão do art. 16 da Resolução CFP Nº 03/2007; o Comitê Gestor do Programa de Sustentabilidade; CREPOP – Plano de Trabalho 2023. A proposta é trazer a pauta da pesquisa sobre os Sistemas de Justiça – MP/TJs ou Educação Superior com recorte ao estudante e ações afirmativas. O Conselheiro João Henrique levantou os GTs da APAF que propõe-se a continuidade do trabalho: POF; Revisão da Resolução Nº 18/2002; Nova CIP; Diversidade Sexual e Gênero; Políticas para Mulheres; Tecnologia da Informação; Estágios; Avaliação psicológica para a concessão de registro e/ou porte de arma de fogo; Revisão da Resolução CFP nº 02/2016, que regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada; Orientação: Atuação Pessoas com Deficiência; GT "Referências Técnicas e Éticas: Atendimento à Pessoa Surda no Âmbito da Saúde" e GT para regulamentar a inscrição suplementar. O encerramento das atividades do GT Educação à distância e cursos irregulares; o de Psicoterapia; Avaliação Psicológica do Trânsito e o da COMORG Nacional para a APAF de Dezembro de 2022. Como produtos que serão apresentados na APAF tem a Minuta de Nota Técnica sobre Laicidade; a Minuta de Nota Técnica "Demandas do Sistema de Justiça a psicólogas(os) que atuam em serviços do SUAS e SUS; definição do fundo de seções; Resolução de anuidades; Minuta de Nota Técnica sobre Constelação Familiar e Minuta de Nota GTEC – Carta ao Sistema Conselhos em Defesa das Mulheres. Composição das Comissões das Subsedes: A Conselheira Suellen Fraga informou sobre a necessidade de composição das Comissões das Subsedes que estão pendentes. Após apresentação da planilha e a conferência dos nomes foram definidas as seguintes composições das Comissões: 1) Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social (Vale do Aço) - Coordenadora Conselheira Marleide Marques Castro; 2) Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social (Teófilo Otoni) – Conselheira Referência Marleide Marques Castro, Coordenadora Macielle Cristina Botelho Vital; 3) Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social (Governador Valadares) - sem coordenação; 4) Comissão de Orientação em Sistema Prisional e Socioeducativo (Vale do Aço) - sem coordenação; 5) Comissão de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional da Subsede Leste – Conselheiro Referência Celso Francisco Tondin. Coordenadora Stela Maris Bretas Souza; 6) Comissão de Orientação em Psicologia Organizacional e do Trabalho (CPTO) da Subsede Leste – Conselheira Referência Elizabeth de Lacerda Barbosa, Coordenador Osmar Santos; 7) Comissão de Orientação em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da Subsede Leste – Conselheira Referência Ana Maria Prates da Silva e Silva, sem coordenação; 8) Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social da Subsede Centro-Oeste - sem coordenação 9) Comissão de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional da Subsede Centro-Oeste - Conselheiro Referência Celso Francisco Tondin, Coordenadora Milene Carla de Azevedo; 10) Comissão de Orientação em Psicologia Organizacional e do Trabalho (CPTO) da Subsede Centro-Oeste - Conselheira Referência Elizabeth de Lacerda Barbosa, Coordenadora Juliana Luzia de Almeida Assunção; 11) Comissão de Orientação em Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual da Subsede Centro-Oeste – Conselheira Referência Lorena Rodrigues de Rodrigues, Coordenador Gabriel Henrique Duarte; 12) Comissão de Orientação em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (CSMAD) da Centro-Oeste - Coordenadora Karla Patrícia Paiva Ferreira; 13) Comissão de Orientação em Psicologia Mulheres e Questões de Gênero – Conselheira Referência Liliane Cristina Martins, Coordenadora Priscila Messiane; 14) Comissão de Orientaçao em Psicologia e Questões Étnico-Raciais da Subsede Centro-Oeste - sem coordenação 15) Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade e outras Tradições da Subsede Centro-Oeste - sem coordenação. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 20 votos favoráveis as coordenações das Comissões da Subsede Centro-Oeste e Leste, conforme apresentado. COPEE: O Conselheiro Celso Tondin propôs a realização de uma reunião de planejamento das Coordenadoras da COPEE nas subsedes e as articulações com as entidades (CRESS, ABRAPEE Minas, ABEP Minas e PSIND-MG) em Março/2023 Apresentou as novas

estratégias de trabalho da COPEE, são elas e responsáveis: a) Fiscalização das(os) profissionais que trabalham em escola, de forma conjunta ou separadamente. Responsáveis: CRP e CRESS; b) Ação junto ao Ministério Público para termo de ajustamento de conduta de prefeitas(os) que, mesmo com todo o empenho de diálogo, consultoria e orientação das entidades não implementam a lei em seus municípios. Responsáveis: CRP e CRESS, retomar contato para agendar reunião entre MP (ver quem está responsável pela pauta da educação) e entidades; c) Articulação com a Undime MG: marcar reunião com o presidente da Seccional, Marcelo Wagner de Oliveira (Dirigente Municipal de Educação de Carandaí/MG) e a diretora executiva da Undime MG, Suely Duque Rodarte (confirmar se são estes que estão nos cargos atualmente) para ação junto às(aos) secretárias(os) de educação de orientação quanto à lei. Responsável: CRP, e chamar para a reunião todas as entidades; d) Associação Mineira de Municípios (AMM): marcar reunião com o presidente da AMM para ação junto às(aos) prefeitas(os) de orientação quanto à lei. Responsável: CRP, e chamar para a reunião todas as entidades; e) Banco de dados da implementação da lei em MG, em parceria com o Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar – LIEPPE Minas Gerais). Considerar os dados do Lieppe, do CRESS, do CRP e do observatório nacional do Conjunto CFESS/CRESS; f) Registro do processo de trabalho das entidades para que fique registrado o que tem sido feito em Minas Gerais; g) Material de orientação que visibilize inclusive as especificidades/conquistas/avanços/questões de Minas Gerais. Por exemplo, a Lei 24.188, de 20 de junho de 2022, proposição da Deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), que “Dá nova redação aos arts. 1º a 4º e altera a ementa da Lei nº 16.683, de 10 de janeiro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado”. Responsáveis: assessorias de comunicação do CRP e CRESS. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 18 votos favoráveis o Encontro de Coordenadores de Comissões no 1º sábado de Março/2023 e a realização de Reunião com a AMM no dia 15/12 Filiação no FEPEMG: O Conselheiro Celso Tondin sugeriu a filiação do CRP-MG ao Fórum Estadual Popular de Educação de Minas Gerais e acompanhar o Plano Estadual de Educação. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 18 votos favoráveis a filiação do CRP-MG ao Fórum Estadual Popular de Educação de Minas Gerais. Composição da Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social da Sede: A Conselheira Gabrielle Rios solicitou a inclusão da psicóloga Marcelle Santos Aleixo na Coordenação Conjunta da Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social da Sede. Informou que a Comissão presente realizar uma reunião de planejamento com as representantes Coordenadoras da Comissão nas Subsedes e um Encontro Estadual de Psicologia no SUAS em 2023. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 20 votos favoráveis a coordenação colegiada da Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social da Sede pela Psicóloga Marcelle Santos Aleixo juntamente com a Conselheira Gabrielly Rios. Aprovou ainda a realização de uma reunião de planejamento com as coordenadoras das Subsedes em data a definir. Revisão da planilha que quantifica as orientações: A Conselheira Cristiane Nogueira apresentou proposta de revisão da planilha que quantifica as orientações. Entende que está restrito às informações solicitadas no documento que estão sendo enviadas pela COF. Existem ações que não cabem dentro da planilha. A Conselheira Paula de Paula propôs que a Conselheira Cristiane faça sugestões de modificações na planilha. O Conselheiro João Henrique propôs acolher a demanda e apresentar à COF para avaliação e trazer na Reunião Plenária. **Deliberação**: O XVII Plenário aprovou por 20 votos favoráveis o envio da proposta de revisão da planilha que quantifica as orientações para a COF e solicitar à mesma pautar na Reunião Plenária Ordinária de Janeiro/2023. Proposição de GT sobre branquitude A Conselheira Cristiane Nogueira propôs a criação de um GT sobre branquitude. Solicitou apoio da Comissão de Orientação em Psicologia e Relações Étnico-Raciais. A Conselheira Suellen Fraga percebeu a ausência de psicólogas não negras para tratar da pauta. Concordou com a proposta da criação do GT dentro da Comissão de Orientação em Psicologia e Relações Étnico-Raciais. A Conselheira Paula de Paula ressaltou que as discussões ficam muito indenitárias e concordou que a pessoa branca possa falar e abrir espaço para diálogo sobre a temática étnico-racial. A Conselheira Liliane Martins ponderou que todos podem falar, entendendo o lugar de fala da pessoa. Após discussão o Plenário levantou os nomes das(os) componentes do GT. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 20 votos a criação do GT sobre

branquitude com a Coordenação da Conselheira Cristiane Santos de Souza Nogueira e as(os)(es) seguintes membras(os): Conselheiros Celso Francisco Tondin; Daniel Caldeira de Melo e Hudson Bruno Cares Carajá; Conselheiras Alessandra Kelly Belmonte; Gabrielly Dolores Rios da Cunha e Marleide Marques de Castro e Conselheire Gab Almeida Moreira Lamounier. Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes A. Machado, que secretariei a reunião, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2022